



# JUSTIÇA DO TRABALHO

---



1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - 2022

# Por que é realizada a RAE? Qual o objetivo?

## Resolução CNJ nº 325/2000:

“Art. 9º Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos quadrimestralmente, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional”.

## Resolução CSJT nº 259, de 2020:

“Art. 41 Para o acompanhamento da estratégia institucional, os Tribunais Regionais do Trabalho devem realizar as seguintes reuniões:

I - reuniões operacionais e táticas da área administrativa e judiciária para monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas;

II - 3 vezes ao ano, RAE com os membros da Comissão citada na alínea b, do inciso I, do art. 19 ou da estrutura de Governança aludida no parágrafo único, do art. 19, para análise dos pontos críticos e revisão relativa aos objetivos, indicadores, metas e iniciativas”.

# pauta da 1ª rae de 2022

- Transparência
- Prêmio CNJ de Qualidade
- Planejamento Estratégico (ciclo 2021-2026)
- Resultado dos metas 2021 - apresentação das Unidades

# Transparência

A Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de acesso à informação - LAI), garante ao cidadão brasileiro o acesso previsto na Constituição Federal às informações públicas sob guarda do Estado, tornando possível o controle social das ações governamentais.

No âmbito do Tribunal, a matéria foi regulamentada pela Resolução Administrativa nº 214, de 2017.

A Portaria GP nº 30, de 2021, regulamentou as normas gerais que tratam do acesso à informação e da transparência das informações, tendo como objetivo principal a contínua atualização do conteúdo das páginas do sítio eletrônico do TRT, como forma de efetiva prestação de contas dos seus gestores, conforme estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020.

Por outro lado, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260, de 2018, tem como finalidade, utilizando dados objetivos, avaliar o grau de informação que os Tribunais e Conselhos disponibilizam aos cidadãos.

O Ranking é divulgado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça e sintetiza, a cada ano, as exigências relativas à transparência e prestação de contas oriundas das Leis Federais, do TCU e do próprio CNJ.

# Transparência

A Coordenadoria de Gestão Estratégica vem realizando um trabalho contínuo para melhoria dos índices do Tribunal no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, alcançando os seguintes resultados nos últimos anos:

2019	132 PONTOS possíveis	94 obtidos (71,21%)
2020	224 PONTOS possíveis	173 obtidos (77,23%)
2021	207 PONTOS possíveis	189 obtidos (91,30%)

# PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Este Regional, ao contrário dos anos anteriores, não conseguiu nenhuma premiação no Prêmio CNJ de Qualidade, ficando imediatamente atrás do último colocado na Categoria Prata (TRT da 10ª Região) por meros 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento).

Há que se destacar a boa performance do Tribunal nos Eixos Temáticos ***“Transparência”*** (91,67% da pontuação possível) e ***“Dados e Tecnologia”*** (88,98% da pontuação possível).

Essa performance, no entanto, foi ofuscada pelo baixo desempenho no Eixo Temático ***“Produtividade”***, com percentual de 33,33% (110 pontos de 330 possíveis), e pelo desempenho mediano no Eixo Temático ***“Governança”***, com o percentual de 64,73% (142,41 dos 220 pontos possíveis).

# Planejamento Estratégico 2021-2026

Tendo em vista a proximidade do término do segundo ciclo do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, o CSJT expediu a Resolução nº259/2020 aprovando o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, bem como o CNJ expediu a Resolução nº 325/2020, dispondo sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Com base nos referidos normativos, foram realizadas audiências, reuniões, consultas públicas, pesquisas, preenchimento de questionários, tudo visando à elaboração de um Mapa Estratégico participativo, representados por servidores, magistrados e pelo público externo

O resultado desse trabalho foi a elaboração do Plano Estratégico (ciclo 2021-2026), construído de forma colaborativa e objetivo, apenas com 21 metas (14 administrativas e 7 judiciais).

# Planejamento Estratégico 2021-2026

Aprovado em 2021 pelo Tribunal Pleno o Plano Estratégico participativo, cabe no momento a adoção das seguintes providências:

- a) O monitoramento por meio do acompanhamento das iniciativas, dos indicadores, das metas e dos objetivos estratégicos, bem como divulgação dos resultados. Para tanto, foram desenvolvidos painéis de metas judiciais, que se encontram no Portal da Gestão Estratégica, e estamos trabalhando com vistas ao monitoramento mensal das metas administrativas;
- b) A revisão dos planos estratégicos dos Tribunais Regionais do Trabalho, que deve ocorrer com a observância dos mesmos procedimentos de elaboração do Plano Estratégico Participativo.

# Planejamento Estratégico 2021-2026

Como em 2021 não conseguimos acompanhar mensalmente as metas administrativas, solicitamos das Unidades os respectivos resultados e, nessa reunião, as seguintes Unidades farão rápidas apresentações sobre as mencionadas metas:

- Comissão de Acessibilidade e Inclusão;
- Setor de Gestão Socioambiental;
- Coordenadoria de Controle Interno;
- Secretaria de Orçamentos e Finanças;
- Setor de Saúde;
- Escola Judicial;
- Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações; e
- Setor de Comunicação Social.

Agradeço a atenção de todos

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

MARCOS PIRES  
COSTA  
Coordenador

 (98) 2109-9389 / (98) 98429-2941

 [marcospires@trt16.jus.br](mailto:marcospires@trt16.jus.br)

